

O dinheiro que nunca chegou

Lisandra Paraguassú e

Maria Clarice Dias

Da equipe do **Correio**

Imposto para financiar a saúde não é uma idéia criativa do presidente Fernando Henrique Cardoso. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), planejada pelo ex-ministro Adib Jatene, foi criada exclusivamente para garantir que uma das áreas sociais mais críticas não dependesse de recursos do orçamento do país para ser financiada.

Seriam R\$ 6,9 bilhões a mais em 1997, planejados para serem investido no pagamento das ações do Sistema Único de Saúde (SUS), ações de prevenção e modificações na estrutura do Ministério. Não chegou a tanto. Parte do dinheiro da saúde que vinha de outras fontes, como a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nunca chegou aos cofres da saúde.

O dinheiro fez falta. O ministério conseguiu colocar em dia os pagamentos do SUS, mas as ações de prevenção sofreram. Nos últimos anos o país vem enfrentando surtos de doenças dadas como controladas. Em 1997, foram detectados mais de 27 mil casos de sarampo em todo o país.

A dengue atingiu 240 mil pessoas em 1997, 35% a mais do que em 1996. Nos dois primeiros meses de 1998 já chegam a 60 mil. Para o secretário de Saúde de Sergipe, Ivan Paixão, o orçamento da Saúde ficou restrito ao pagamento de contas de hospitais. "Para prevenir doenças não sobrou quase nada", lamenta. Sergipe tem, atualmente, um dos maiores índices de casos de dengue do país.

O governo traçou um plano para acabar com a epidemia. O plano terminou como um exemplo do que a falta de dinheiro pode fazer. O investimento previsto inicialmente era de cerca de R\$ 4 bilhões. Foram investidos, em 1997, aproximadamente R\$ 500 milhões.

Segundo o diretor do Centro de Epidemiologia da Fundação Nacional de Saúde, Jarbas Barbosa, esses recursos transformariam a estratégia de prevenção. Ao invés de a União determinar as prioridades, cada município definiria seus programas. A teoria não funcionou na prática. Municípios de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Amazonas, Espírito Santo, entre outros, ainda não receberam os recursos.